

# **SALÁRIO, INFLAÇÃO E SUBVERSÃO: a visão da grande imprensa do Rio de Janeiro sobre o aumento de 100% do salário mínimo durante o Segundo Governo Vargas\***

LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS\*\*

## **RESUMO**

O artigo analisa a forma como a grande imprensa considerada "liberal" do Rio de Janeiro abordou o projeto de aumento de 100% do salário mínimo, aprovado em maio de 1954, pelo presidente Getúlio Vargas. Essa polêmica medida recebeu forte oposição dos setores mais conservadores da sociedade brasileira e mesmo da classe média, sendo considerada um dos fatores que precipitaram a queda do presidente. Dessa maneira, tendo em vista a complexidade que envolve o tema, articulando elementos econômicos, políticos e mesmo do imaginário social da época, oferece uma boa oportunidade de compreender como os grandes jornais representavam o governo de Getúlio, especialmente no que se refere às suas relações com o trabalhismo e, especialmente, o populismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Getúlio Vargas, trabalhismo, populismo, imprensa.

## **ABSTRACT**

This paper is aimed at analyzing the approach given by the conservative press in Rio de Janeiro on the 100% increase in minimal wage approved by the president Getúlio Vargas in May 1954. This polemic measure, considered to be widely controversial at that time, suffered with the fierce opposition from the most conservative sectors of the Brazilian society and even from the majority of the middle class. The fact that this measure backfired is considered today one of the major factors that led to Vargas's downfall in that same year. Given the complexity of this issue and the way it mixes a wide array of different elements such as economics, politics and social imaginary, this paper offers an opportunity to promote a better understanding on how the conservative newspapers perceived the administration during that delicate time, its relations with the Labor movement and mainly the populism.

**KEY WORDS:** Getúlio Vargas, Labor Movement, populism, press.

---

\* Este artigo é uma versão adaptada do Capítulo III da minha tese de doutorado: A grande imprensa "liberal" da Capital Federal (RJ) e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional. Porto Alegre, 2010.

\*\* O autor é bolsista de pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e doutor em História pela mesma instituição, tendo sua atual pesquisa financiada pela Capes.

Uma das medidas mais controversas tomadas por Vargas em seu segundo governo (1951-1954) foi o famoso decreto de 1º de maio de 1954, que estabeleceu um aumento de 100% do salário mínimo. A medida foi altamente polêmica na época e ainda gera discussões entre os especialistas do período sobre as verdadeiras intenções do presidente e as suas reais consequências para o encerramento prematuro e dramático de seu governo.

Todavia, a compreensão mais adequada desse episódio exige que levemos em consideração que a medida do governo foi mais uma ação isolada do que o resultado de um projeto deliberado para a promoção de um aumento real da renda das massas assalariadas ou de uma forçada redistribuição de riquezas. Com efeito, conforme pesquisadores como Pedro Fonseca (1987) e Paulo Bastos (2006), embora em seu segundo mandato Vargas tenha levado adiante um projeto que pretendia industrializar o Brasil, o seu governo não pode ser considerado “popular”, no sentido de que tenha pretendido aumentar forçosamente a renda das massas assalariadas em detrimento das chamadas “classes conservadoras”. Ao contrário, segundo esses pesquisadores, para Getúlio o aumento do rendimento dos trabalhadores deveria ser uma consequência do desenvolvimento econômico do país, notadamente no setor manufatureiro, e não se antecipar ao mesmo, ideia que era compartilhada pela burguesia brasileira que apoiava Vargas, através de lideranças como Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional da Indústria<sup>1</sup>.

Dessa maneira, na ótica desses autores, o aumento do salário mínimo em 1954 deve ser pensado mais em termos políticos do que econômicos. E isso porque, no último ano de seu mandato, o governo passava por enorme desgaste político, já tendo enfrentado uma Comissão Parlamentar de Inquérito e um processo negado de *impeachment*. Na economia, também enfrentava problemas difíceis. Nos primeiros anos do novo mandato, Vargas procurou investir em infraestrutura para alavancar a industrialização, dando prioridade aos setores de energia (Petrobras, Plano do Carvão, projetos para o setor elétrico, etc.) e de transportes, especialmente através dos trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Também buscou atacar problemas de curto prazo que assolavam a economia brasileira, como os déficits público e no balanço de pagamentos, além da crescente inflação.

Entretanto, tais medidas não trouxeram a popularidade esperada pelo governo: os investimentos em infraestrutura só permitiam resultados

---

<sup>1</sup> Ver Soares (1990) e Leopoldi (2000).

práticos em longo prazo e o combate à inflação acabou se mostrando inócuo – a corrida dos preços ultrapassou a casa dos 20% a partir do terceiro ano de governo. As grandes cidades eram as que mais sofriam com esses problemas, passando por seguidos cortes no abastecimento de água, eletricidade e gêneros alimentícios, o que não deixava de ser uma consequência indesejável do próprio aumento dos investimentos em infraestrutura e do aceleração da industrialização, que inchava as cidades e aumentava a demanda por energia e gêneros de primeira necessidade<sup>2</sup>.

Assim, esses problemas acabaram provocando descontentamento nas camadas mais baixas da hierarquia social, como o caso da *Manifestação da Panela Vazia*, de março de 1953, em São Paulo, que mobilizou milhares de pessoas contra o aumento do custo dos gêneros alimentícios e que pode ser considerado um protesto à política econômica de Getúlio, no que se refere a seus resultados imediatos. Também tivemos as diversas greves desencadeadas no período, sendo a principal delas a *Greve dos 300 mil*, em abril de 1953, na capital paulista, que praticamente paralisou a cidade por vários dias, provocando graves e trágicos conflitos. Mesmo que não tivesse o governo federal como foco, essa paralisação demonstrou o descontentamento dos trabalhadores com as suas condições de vida e indicou como Vargas começava a perder o controle sobre o setor sindical, mobilizado, agora, por militantes comunistas e até trabalhistas mais radicais.

O aumento do salário mínimo, em 1954, é considerado uma maneira de o governo não apenas recuperar o poder de compra da classe trabalhadora, mas especialmente reconquistar a popularidade de Vargas entre as camadas populares, diante de uma situação de grande deterioração das bases políticas do presidente, tanto com esses grupos quanto com a elite. Na verdade, Vargas já havia concedido uma significativa elevação ao mínimo em dezembro de 1951, com uma alíquota 216%. Mas tal majoração não causou maiores repercussões, porque apenas recuperava as perdas remunerativas derivadas de oito anos de inflação constante sem correção do piso salarial do país. Foi o segundo aumento, autorizado em maio de 1954, que causou grande reação. Para começar, foi proposto pelo novo ministro do Trabalho de Getúlio, o petebista João Goulart, que assumiu o cargo com a reforma ministerial de 15 de junho de 1953 e cujos vínculos sindicais o tornavam malvisto pela elite econômica nacional. Depois, porque Jango propôs uma elevação de 100% no salário mínimo frente a uma inflação acumulada de aproximadamente 40%, o que implicaria um crescimento real

---

<sup>2</sup> Ver, quanto a isso, especialmente Vianna (1987: 81).

significativo do mesmo. Desgastado com a elite e objeto de vasta campanha pública, Goulart acabou saindo do Ministério, no início de 1954, mas o presidente resolveu sustentar mesmo assim o aumento projetado pelo ministro demitido, anunciando a medida com três meses de antecedência.

O processo de proposta desse reajuste do mínimo por Goulart e a sua aprovação por Vargas gerou fortes reações na sociedade brasileira, especialmente entre os membros da elite político-econômica e vastos setores da classe média, que se sentiram prejudicados com a decisão. O principal exemplo dessa reação negativa pode ser encontrado no famoso *Manifesto dos Coronéis*, de fevereiro de 1954, lançado pouco tempo depois de Getúlio anunciar a adoção do novo salário mínimo proposto por Goulart. Ademais, embora seja difícil afirmar qual foi o peso dessa decisão no acirramento da oposição ao presidente, é certo que ela desagradou também a própria burguesia industrial brasileira, que, como vimos, apoiara Vargas em suas principais iniciativas econômicas, o que ajudou a deteriorar as bases de apoio do presidente<sup>3</sup>.

Diante dessa situação, qual teria sido o posicionamento da grande imprensa brasileira frente a essa proposta de Vargas? Considerada opositora do governo, como ela teria representado uma medida tão polêmica?

Em termos gerais, a interpretação clássica de que a grande imprensa brasileira teria se oposto ao programa econômico do governo vem sendo contestada nos meios acadêmicos. Argumenta-se que os grandes jornais foram mais concordantes do que divergentes das propostas básicas de Vargas no que se refere ao combate à inflação e aos seus projetos de desenvolvimento citados acima<sup>4</sup>. Mas o tema do aumento de 100% do salário mínimo, além de ainda não ter sido objeto de análises específicas, é diferente dos demais programas. Ele vai adiante dos aspectos puramente econômicos, consistindo, assim, em interessante tópico de análise em que podemos encontrar não apenas a visão dos jornais sobre a política econômica de Vargas, mas também sobre as suas práticas políticas, em especial a sua estratégia de aproximação com as massas trabalhadoras, comumente conhecida como populismo.

---

<sup>3</sup> Segundo Soares, as lideranças empresariais fizeram intensa oposição às propostas de majoração de 100% do salário mínimo, não se colocando contra o aumento em si, mas alegando os seus efeitos negativos na economia nacional, “uma vez que iria intensificar o êxodo rural, acentuando os problemas já detectados nas grandes cidades, tais como falta de moradias, gerando proliferação de favelas, insuficiência dos serviços de saúde, transportes, saneamento, energia elétrica, abastecimento de gêneros alimentícios, etc.” (SOARES, 1990: 106). Ver também Leopoldi (2000: 212).

<sup>4</sup> Quanto a isso, consultar Sarreta (2004) e Martins (2010).

Para dar conta dessa análise, avaliarei quatro dos principais jornais do Rio de Janeiro nos anos 50 empregados na minha tese de doutorado, os quais constituem uma boa amostragem do que era considerado como imprensa “liberal” da Capital Federal, a saber: o *Correio da Manhã* (CM), o *Jornal do Brasil* (JB), o *Jornal* (OJ), da rede Diários Associados, de Assis Chateaubriand, e o *Globo* (OG).

### **Salário mínimo, inflação e subversão social**

A questão do reajuste do mínimo foi de enorme destaque nos jornais aqui pesquisados, desde o início de 1954 até depois da sua implantação, englobando tanto o espaço informativo quanto o opinativo dos periódicos. No que se refere ao noticiário, chama a atenção a diferença de ênfase com que o assunto apareceu: em jornais como o *Globo* e o *Jornal*, surgiu de forma bastante frequente nas reportagens, enquanto no *Jornal do Brasil* e no *Correio da Manhã*, tem uma presença bem mais discreta<sup>5</sup>.

Independentemente dessa diferença, todos os jornais pesquisados se envolveram no que poderíamos chamar de uma verdadeira campanha contra a majoração do mínimo, destacando os efeitos negativos que teria sobre a economia brasileira, desde os prejuízos diretos aos produtores – com o aumento artificial de seus custos –, até as dificuldades que traria aos próprios trabalhadores, ao provocar desemprego<sup>6</sup>.

Os jornais, porém, apresentaram diferenças de ênfase na abordagem dessas consequências negativas. O *Globo*, por exemplo, foi a publicação que ofereceu o maior espaço às queixas dos industriais,

---

<sup>5</sup> No levantamento parcial que fizemos, que seguiu uma metodologia qualitativa e não quantitativa na escolha dos dias pesquisados, no ano de 1954 encontramos 13 referências ao assunto tanto no OJ quanto no OG, sendo que a maior parte delas foi a manchete da edição de cada um desses jornais; já no JB, o tema apareceu quatro vezes, e no CM, apenas três.

<sup>6</sup> Por exemplo: “Devido ao salário mínimo, uma fundição de Pará de Minas fecha as portas”, O *Globo*, 21 maio 1954, Cad. 1, p. 1 – manchete; “Desemprego, inflação, elevado custo de vida e êxodo com os novos salários – O ministro do Trabalho não poderia tomar a nova iniciativa”, O *Jornal*, 14 jan. 1954, Cad. 1, p. 1 – manchete; “Sangraria 18 bilhões do orçamento – primeira consequência do projetado salário mínimo”, O *Jornal*, 27 abr. 1954, Cad. 1, p. 1 – manchete; “Desemprego em massa com o novo salário mínimo – Reação da Câmara contra os níveis fixados – Paralisadas as indústrias de Minas Gerais”, O *Jornal*, 4 maio 1954, Cad. 1, p. 1 – manchete; “Perturba o país a questão do salário mínimo – Greve na Paraíba e inquietação no Ceará – Manifestam-se entidades do comércio em todas as regiões – Unidades dos Pontos de Vista e apoio da Confederação Nacional do Comércio”, *Jornal do Brasil*, 23 fev. 1954, Cad. 1, p. 6; e “Considerada ditatorial a lei que instituiu os novos níveis do salário mínimo – ‘É uma medida nitidamente eleitoral que chega a triplicar os salários, coisa inédita na história do mundo’, diz Vicente Galiez no Plenário da Federação das Indústrias”, *Jornal do Brasil*, 4 maio 1954, Cad. 1, p. 6.

que formariam a parcela das “classes conservadoras” mais prejudicadas com a medida, enquanto *O Jornal* e *Jornal do Brasil* deram menor destaque à queixa patronal e equilibraram-se entre os protestos dos industriais e os do comércio; quanto ao *Correio da Manhã*, apenas encontramos uma referência aos industriais do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que parece ter sido o único periódico que deu espaço às reivindicações dos trabalhadores<sup>7</sup>. Essa diferença pode ser explicada porque, com base no levantamento que fiz para a minha pesquisa de doutorado, *O Globo* se demonstrou como o jornal que mais defendeu as reivindicações dos industriais, contrariando a interpretação apresentada por Skidmore (1987) – e muito difundida pela historiografia – de que seria um periódico identificado com o comércio exterior e o capital estrangeiro.

Já em relação ao espaço opinativo, os jornais apresentaram uma forte concordância em condenar a majoração do mínimo, ao atribuir-lhe um possível efeito inflacionário na economia. Essa posição, porém, não deve surpreender, pois os jornais aqui pesquisados defenderam durante todo o segundo mandato de Vargas uma posição semelhante, condenando aumentos salariais como causadores da subida dos preços<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> “Viva reação contra o novo salário mínimo – Manifesta-se em nome das classes o industrial Álvaro Ferreira da Costa”, *O Globo*, 2 jan. 1954, Cad. 1, p. 1, “Manifestam-se vozes as mais autorizadas da indústria e do comércio sobre os riscos do exagerado aumento dos níveis mínimos de salários”, *O Globo*, 9 jan. 1954, Cad. 1, p. 1 e 2, “Não é contrária a indústria a revisão do salário mínimo”, *O Globo*, 24 mar. 1954, Cad. 1, p. 2, “Redução do salário mínimo, pedem os industriais”, *O Globo*, 13 maio 1954, Cad. 1, p. 1 – manchete, “O mandado de segurança da indústria contra o salário mínimo”, *O Globo*, 30 jun. 1954, Cad. 1, p. 9, “Protestos em todas as Associações Comerciais do país contra o decreto do salário mínimo”, *O Jornal*, 6 maio 1954, Cad. 1, p. 1 – manchete, “Intranquilidade e opressão às atividades industriais em face do novo salário mínimo”, *O Jornal*, 13 maio 1954, Cad. 1, p. 1 – manchete, “Clama o comércio contra a confusão criada pelo ministro do Trabalho – Falta de planejamento do governo”, *Jornal do Brasil*, 15 jan. 1954, Cad. 1, p. 6, “Perturba o país a questão do salário mínimo – Greve na Paraíba e inquietação no Ceará – Manifestam-se entidades do comércio em todas as regiões – Unidades dos Pontos de Vista e apoio da Confederação Nacional do Comércio”, *Jornal do Brasil*, 23 fev. 1954, Cad. 1, p. 6, “Considerada ditatorial a lei que instituiu os novos níveis do salário mínimo – ‘É uma medida nitidamente eleitoral que chega a triplicar os salários, coisa inédita na história do mundo’, diz Vicente Galiez no Plenário da Federação das Indústrias”, *Jornal do Brasil*, 4 maio 1954, Cad. 1, p. 6 e “Aumento do salário mínimo – Protesto da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – Proposta dos industriais paulistas – Reivindicação dos trabalhadores da Paraíba”, *Correio da Manhã*, 3 jan. 1954, Cad. 1, p. 2.

<sup>8</sup> Por exemplo, o *Jornal do Brasil*, por exemplo, afirmava que “os preços [subiam] ajudados pelo aumento de salários. Com inflação de moeda e de salários, não é possível realizar senão o encarecimento da vida” (“Política de elevação dos preços”, *Jornal do Brasil*, 15 jan. 1952). O *Correio da Manhã*, por sua vez, chegou a defender que a “origem da desorganização econômica e monetária” não estava apenas nos déficits orçamentários –

Mas a análise da posição da grande imprensa sobre o tema em estudo ficaria incompleta se a limitássemos apenas às críticas dos jornais aos possíveis efeitos inflacionários derivados do aumento salarial. Até porque a própria abordagem dos periódicos pesquisados se deteve mais nos aspectos políticos envolvidos na proposta de Goulart aceita por Vargas do que no seu lado econômico, trazendo à ordem do dia condenações ao “trabalhismo” e ao “populismo” do presidente da República e de seu ministro do Trabalho.

Efetivamente, essas alusões críticas ao trabalhismo foram uma constante durante o governo Vargas. Os jornais, porém, não apresentam uma visão uniforme, sendo *O Jornal* o único a desenvolver uma posição abertamente crítica ao conceito, retratando-o como causador de dificuldades, não só no Brasil, mas nos demais países em que era aplicado<sup>9</sup>. Em geral, o foco de atenção não foi exatamente o “trabalhismo”, mas o que se fazia com ele, ou seja, o seu emprego com objetivos “demagógicos” e de insubordinação à ordem social<sup>10</sup>.

Dessa forma, não surpreende a leitura que os jornais vão apresentar sobre o projeto de majoração salarial de Goulart. Todas as imagens que já preenchiam as páginas dos jornais associadas a Jango e a sua atuação sindical vieram à tona para pintar um quadro de temor e mesmo de desesperança, no qual se destacavam a “demagogia” – que teria inspirado o ministro a propor uma elevação irreal do mínimo para beneficiar o seu partido com proveitos eleitorais – e, especialmente, a motivação que a inspirava: insuflar as “massas” contra as instituições democráticas e/ou causar desordem e caos com o único objetivo de instalar no Brasil uma República Sindicalista<sup>11</sup>.

---

que ele até considerou razoáveis no país, devido aos altos índices de investimentos –, mas “na espiral sem fim das altas consecutivas de salários” (“Alta de salários”, *Correio da Manhã*, 17 jul. 1951, Cad. 1, p. 4). O mesmo aparece em *O Globo* (“Os sinais de perigo estão presentes”, *O Globo*, 17 abr. 1952, Cad. 1, p. 1) e *O Jornal* (“Combate à inflação”, *O Jornal*, 17 maio 1952, Cad. 1, p. 4).

<sup>9</sup> “Teoria e realidade do trabalhismo”, *O Jornal*, 16 jul. 1952, Cad. 1, p. 4. Ver também o artigo de Assis Chateaubriand: “Taperia”, *O Jornal*, 21 fev. 1953, Cad. 1, p. 4; “Trabalhismo, demagogia e bom senso”, *O Globo*, Cad. 1, p. 2; “A greve dos portuários”, *Jornal do Brasil*, 20 mar. 1953, Cad. 1, p. 5.

<sup>10</sup> “Aparência e realidade”, *Correio da Manhã*, 11 abr. 1953, Cad. 1, p. 4. Tais críticas se acirram com a ascensão de Goulart à pasta do Trabalho, em especial durante as greves dos marítimos do Rio de Janeiro, sendo o ministro acusado de contemporizar com os “paredistas”, desrespeitar decisões da Justiça do Trabalho e, especialmente, querer negociar e/ou legitimar o “comando-geral” do movimento, visto como ilegal, subversivo e de orientação comunista.

<sup>11</sup> afirmou *O Jornal*, ao comentar a demissão do ministro do Trabalho: “A exoneração do ministro do Trabalho tornou-se urgente e inevitável. O sr. João Goulart transformou a pasta que lhe foi confiada no instrumento de uma política dirigida insidiosamente contra as

Entretanto, os jornais não apresentaram a mesma ênfase, nem mesmo homogeneidade, ao analisar a responsabilidade política de Vargas no episódio. Por exemplo, quando do pedido de demissão de Goulart, esses periódicos se manifestaram de forma positiva, tanto pela aceitação da saída do ministro por Vargas quanto pelo discurso do presidente em *Volta Redonda*, no dia 22 de fevereiro, quando ele teria reafirmado o seu compromisso com o combate à subversão. Na opinião dos jornais, tais atitudes, embora retardatárias, poderiam significar uma mudança de rumo para o governo de Getúlio, caso este desejasse trilhar ou retornar ao caminho do respeito às instituições. Posição que se encaixa na constatação que pude fazer na minha tese de doutorado sobre a postura geral dos jornais pesquisados diante do segundo governo Vargas, qual seja, de que o objetivo desses periódicos parece ser mais de tentar conduzir as ações do Executivo em favor das políticas que defendiam como mais adequadas ao país do que simplesmente o solapar.

Entretanto, as esperanças depositadas pelos jornais na possibilidade de esses episódios imprimirem “novos rumos para o governo”, como disse *O Globo*<sup>12</sup>, seriam logo frustradas, tendo em vista que Vargas aceitou a saída de Jango, mas acabou endossando o projeto de majoração salarial. Isso levou os impressos a fazerem uma carga pesada contra o presidente.

*O Globo* já havia associado Vargas diretamente às ações de Goulart durante o processo de discussão do novo salário, pois este era

apenas **uma sombra do sr. Getúlio Vargas, um instrumento dócil do presidente da República**, um elemento da mais completa (ilégivel) pessoal do **chefe do Governo que entendeu aproveitá-lo em benefício próprio** nestes últimos meses. Justamente esta constatação é que define a responsabilidade maior do sr. Getúlio Vargas na evolução dos acontecimentos.<sup>13</sup>

---

instituições [...] para criar com os sindicatos uma força política em condições de destituir os partidos e sobre a sua ruína assentar a república sindicalista dos seus sonhos” (“Tarde, mas ainda a tempo”, *O Jornal*, 23 fev. 1954, Cad. 1, p. 4). Podemos encontrar no *Jornal do Brasil* a mesma forma de argumentação: “Todas as suas ações [Goulart], por isso, têm sido coordenadas, tendentes ao único objetivo de fomentar uma situação tumultuária no campo econômico do País, para apresentar-se ele como pai punitivo das classes operárias, instigando-as contra as forças conservadoras e dando-lhes a sensação de que um golpe eleitoral na apodrecida estrutura legislativa do atual regime faria surgir a almejada República ditatorial sindicalista” (“Por dívida de justiça”, *Jornal do Brasil*, 23 fev. 1954, Cad. 1, p. 5). Ver também: “Artífices da inflação e da ruína”, *O Globo*, 8 jan. 1954, Cad. 1, p. 1; e “Sempre entre dois”, *Correio da Manhã*, 5 maio 1954, Cad. 1, p. 4.

<sup>12</sup> Ver nota anterior.

<sup>13</sup> “Novos rumos para o governo”, *O Globo*, 22 fev. 1954, Cad. 1, p. 1.

No dia do anúncio do novo mínimo, o jornal não deixou por menos:

Contra todas as previsões e expectativas, num temerário desafio a todos os receios, apesar da opinião unânime e alarmada das classes produtoras, não obstante a resistência persistente do ministro da Fazenda e contraditando o juízo objetivo da parte da opinião pública mais esclarecida e menos manobrável pela demagogia, vai o sr. Getúlio Vargas fixar os novos níveis do salário mínimo em alturas absurdas (...) [Este será responsável] pelo erro magno de um governo empenhado, em ano de eleições, em reconquistar a uma popularidade que voluntariamente perdeu.<sup>14</sup>

Notamos, assim, que a abordagem do jornal foi a de culpar politicamente o presidente pelo aumento salarial e as suas nefastas consequências, mas atribuiu a sua responsabilidade mais à busca de ganhos eleitorais do que a qualquer plano subversivo. Essa ênfase fica melhor entendida quando consideramos que, ao longo de todo o mandato, o jornal insistentemente procurou caracterizar Getúlio como um governante excessivamente preocupado em buscar simpatia popular através da “demagogia” e do “populismo”<sup>15</sup>.

Já o *Correio da Manhã* procurou salientar que, por trás das manobras subversivas de Jango, sempre esteve uma manobra política varguista, que não se restringia, porém, à mera demagogia<sup>16</sup>. Quando Vargas assinou o decreto de reajuste do mínimo, o jornal argumentou:

Uma das espertezas do sr. Getúlio Vargas consiste em manter sempre dentro do governo duas correntes, duas concepções, dois caminhos opostos, representados em homens diferentes, de modo que possa socorrer-se de cada um em conformidade com as circunstâncias do seu oportunismo. Entre os dois não é o seu coração que balança; é o interesse da sua politicagem que de fato o inclina e decide.<sup>17</sup>

E que interesse seria esse? O jornal responde:

Quer jogar e ganhar de todos os lados, utilizando e gastando os homens mais opostos, valendo-se de processos de governo mais diferentes, com

---

<sup>14</sup> “Demagogia contra o bom-senso”, O Globo, 1 maio 1954, Cad. 1, p. 1.

<sup>15</sup> “Realidades e ilusões de um ano de governo”, O Globo, 26 jan. 1952, Cad. 1, p. 1.

<sup>16</sup> Ao comentar a omissão de Getúlio em tomar uma atitude contra o seu ministro do Trabalho, deixando que a crise se instalasse e se alastrasse pelo governo, o CM afirmou: “Mas, as crises, é o próprio sr. Getúlio Vargas quem as vem criando. Ele é o presidente da República do quanto pior melhor. Em consequência, agita, confunde, semeia boatos e temores, divide, subdivide, atira uns contra os outros, na esperança fria e calculada de que todos se enfraqueçam, para que ele, sozinho, se fortaleça” (“O presidente em férias”, *Correio da Manhã*, 20 fev. 1954, Cad. 1, p. 4).

<sup>17</sup> “Sempre entre dois”, *Correio da Manhã*, 5 maio 1954, Cad. 1, p. 4.

o objetivo de criar a confusão, a perplexidade, a desordem geral, toda a instabilidade social e política, que tem sido o seu ambiente propício de oportunista sem convicções e de aproveitador voraz das circunstâncias<sup>18</sup>.

Ou seja, embora o CM não fale abertamente, está fazendo referência a um provável objetivo golpista que Vargas teria trazido consigo ao assumir novamente a Presidência da República, em 1951, e que o periódico se empenhou em “denunciar” desde o início do governo, com a presença de Estilac Leal, na pasta da Guerra. Mas no caso de Leal, a sua posição foi sendo paulatinamente enfraquecida no governo – especialmente com a opção de Vargas por uma aproximação com os Estados Unidos (Acordo Militar e CMBEU) –, até chegar à sua demissão. Isso levou o jornal a fazer abertos elogios a Vargas por ter enfrentado o general “simpatizante do comunismo”, indicando o seu compromisso com o respeito às instituições e o combate à subversão<sup>19</sup>. No caso de Goulart, o presidente teria optado pelo caminho da “agitação”, comprometendo não só a estabilização financeira, mas também a própria ordem social<sup>20</sup>.

Já o JB e especialmente *O Jornal* tiveram uma atitude bem distinta. O JB, por exemplo, diferente de OG e CM, não salientou os aspectos políticos da questão, preferindo atribuir ao indesejável incremento salarial causas essencialmente econômicas: era uma consequência inevitável da perda do compromisso inicial do governo com a estabilização monetária. Em outras palavras, centrou a sua explicação e a sua condenação do projeto de majoração salarial na campanha que o jornal assumira desde o início do governo Vargas contra o orçamento desequilibrado e o descontrole emissivo, da qual o presidente já havia sido um aliado, mas que, agora, aparecia como um inimigo, ao lado da trincheira dos emissivistas.<sup>21</sup>

Quanto a *O Jornal*, este dedicou o seu principal editorial do dia 1º

---

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> “Continue”, *Correio da Manhã*, 6 jan. 1952, Cad. 1, p. 1; e “Novos rumos”, *Correio da Manhã*, 27 mar. 1952, Cad. 1, p. 4.

<sup>20</sup> “Parecia, há alguns meses, que a orientação econômica do governo se baseava no chamado Plano Aranha. De autoria dos srs. Osvaldo Aranha e Marcos de Souza Dantas, o plano era, no entanto, da responsabilidade do sr. Getúlio Vargas, pois estamos em um regime presidencialista e o presidente da República o aprovava e mandava executar. De repente, porém, o sr. Getúlio Vargas entrou a apoiar e instigar o plano oposto, o plano de agitação social, do seu favorito João Goulart para jogar por terra o Plano Aranha. A demissão do agitador [...] representou apenas uma derrota aparente: um mergulho para ressurgir no decreto e no discurso de 1º. de maio [...]. Tendo e mantendo no seio do governo as duas orientações opostas, o sr. Getúlio Vargas parecia prestigiar uma delas apenas para melhor preparar a vitória da outra” (idem).

<sup>21</sup> “Salário e desvalorização monetária”, *Jornal do Brasil*, 4 maio 1954, Cad. 1, p. 7.

de maio, quando o aumento seria declarado, para falar curiosamente do efeito positivo que a Legislação Trabalhista implementada por Getúlio trazia à constituição da “paz social” no Brasil, abandonando a sua campanha contra a mesma<sup>22</sup>. Sobre o novo salário mínimo, dedicou um editorial nessa mesma edição e dois no dia 5 de maio para retomar o tema dos efeitos negativos da medida para a economia (desemprego, encarecimento da vida, elevação dos gastos públicos)<sup>23</sup>. Ou seja, em toda a questão, a *estratégia* do jornal foi atribuir a demagogia e os planos subversivos exclusivamente a Jango, sendo a responsabilidade do presidente apenas a de retardar a exoneração do seu ministro do Trabalho.

Como podemos perceber tamanha discrepância? A explicação mais plausível pode ser encontrada no próprio posicionamento político dos jornais frente ao governo. Com efeito, os periódicos que se empenharam em fazer uma leitura mais política e crítica do episódio, associando Vargas, Goulart e a subversão, foram aqueles que se colocavam numa postura oposicionista durante quase todo o mandato de Vargas, no caso, *O Globo* e o *Correio*. Enquanto o JB parece ocupar uma posição mais neutra, privilegiando na abordagem do tema a sua própria campanha contra a inflação, e *O Jornal*, periódico líder da rede de Assis Chateaubriand, era o único que dava apoio a Vargas, embora de forma pontual e limitada, o que ajuda a compreender a sua posição mais moderada em criticar o presidente no caso.

Para encerrar esta análise, introduzimos um último elemento que consideramos importante para compreender a forma bastante negativa com que os impressos pesquisados reagiram à proposta de majoração do salário mínimo de Goulart, o qual vale também para a abordagem de temas correlatos – como leis trabalhistas, direitos sociais e aumentos da renda das camadas populares – que se discutiam no período. A reação negativa e até virulenta da grande imprensa carioca seria entendida de forma insuficiente, se fosse pensada apenas em termos de uma estratégia consciente dos jornais para defender os interesses econômicos e as posições políticas às quais estavam mais associados. Essa reação também envolve a própria “visão de sociedade” que esses periódicos parecem ver ameaçada com aquilo que alguns chamaram, sem meias palavras, de avanço do “igualitarismo”. Ou seja, na concepção desenvolvida pelos jornais estudados, a generalização

---

<sup>22</sup> “Dia do Trabalho”, *O Jornal*, 1 maio 1954, Cad. 1, p. 4.

<sup>23</sup> “Descontrole econômico”, *O Jornal*, 1 maio 1954, Cad. 1, p. 4; “Consequências inevitáveis”, *O Jornal*, 5 maio 1954, Cad. 1, p. 4; e “Congelamento impossível”, *O Jornal*, 5 maio 1954, Cad. 1, p. 4.

indiscriminada de direitos sem a necessária contrapartida de deveres e, especialmente, de merecimento, não só desestimulava o trabalho, como também subverteria a ética e a ordem de uma sociedade brasileira que deveria ser construída a partir da valorização do mérito pessoal.

O *Jornal do Brasil* foi bem elucidativo quanto a isso, em um editorial cujo título é muito indicativo: “No reinado da mediocridade”. Comentando as reivindicações de aumento de salários do funcionalismo federal, condenou o fato de as tabelas de remuneração terem sido

até agora **organizadas [...] com o propósito igualitário, tentando, mais uma vez, quebrar a hierarquia econômica que sempre foi observada nas democracias ocidentais. [...]**

**O Brasil sempre pugnou pela formação de elites orientadoras, e só agora é que se observa esse prurido igualitário**, procurando intervir na solução de todos os problemas de interesse coletivo. **A demagogia se infiltra e se vai tornando um hábito de orientação, subvertendo a escala de valores. A demagogia fez uma justiça sumária e se vangloria de estar atingindo com sabedoria, anulando, cada dia, a hierarquia econômica, que se apoiou sempre nos padrões de inteligência e capacidade funcional. [...] Essa tendência demagógica vai, pouco a pouco, abalando os alicerces sociais.**<sup>24</sup>

Segundo essa forma de pensar, tal atitude tinha duas consequências igualmente nocivas à sociedade: de um lado, promoveria a diluição ou o solapamento das “elites”, cuja presença, formação, preservação e atividade eram consideradas necessárias para a boa governança do país<sup>25</sup>; de outro lado, promoveria a ascensão de “massas” despreparadas, ou seja, ainda incapazes de se autogovernarem.

Nessa situação, a prevalência da demagogia e do demagogo só se tornou possível porque havia uma “massa de ignaros” que ascendeu prematuramente ao direito político e que lhes servia de terreno fértil; ao mesmo tempo, era uma demonstração do fracasso ou ausência de uma elite capaz de assumir um papel de liderança do país.

Dentre os diários pesquisados, foi no *Correio da Manhã* que esta percepção apareceu de forma mais acabada, o que talvez se explique pela caracterização desse jornal como o mais voltado para a elite, no

---

<sup>24</sup> “No reinado da mediocridade”, *Jornal do Brasil*, 3 abr. 1952, Cad. 1, p. 5.

<sup>25</sup> “O Estado e as elites culturais”, *Jornal do Brasil*, 13 mar. 1952, Cad. 1, p. 5. Ver também: “Socialismo”, *Correio da Manhã*, 17 jun. 1952, Cad. 1, p. 4; “O combate ao comunismo”, *Correio da Manhã*, 12 fev. 1953, Cad. 1, p. 4; “A demarcação”, *O Jornal*, 30 jan. 1953, Cad. 1, p. 4; “Viver resolutamente”, *O Jornal*, 3 abr. 1953, Cad. 1, p. 4 (ambos artigos de Assis Chateaubriand). Não foram encontradas referências a esse tema em *O Globo* nos limites do nosso levantamento.

Rio de Janeiro. Entretanto, embora o levantamento que fizemos não nos permita generalizações definitivas, consideramos que ela fosse, em grande parte, compartilhada pelos demais jornais, inclusive pelo JB, considerado mais “popular”.

No caso do CM, é elucidativa a forma como ele avaliou a situação da educação no Brasil e a falta de iniciativas para se fazer um novo projeto educacional:

Os efeitos desta apatia e desorientação já se fazem sentir. **São as massas, a quem se deu o sufrágio universal e secreto sem a correspondente educação, que precipitam o país no vórtice da demagogia. São os doutores padrão ‘O’ a assumir, sem a menor qualificação, o comando de empreendimentos** que valem bilhões de cruzeiros, arriscando o patrimônio nacional em experiências inábeis.

Que se faz para remediar este descalabro? Na verdade, o governo ainda não percebeu o problema. E tão tranquilo anda o ministro da Educação que, pela recente portaria 301, resolveu abaixar as notas mínimas necessárias à aprovação e adotou outras medidas para facilitar a vadiagem dos estudantes.<sup>26</sup>

Como podemos interpretar esse tipo de visão social?

Indiscutivelmente ela apresenta elementos elitistas e conservadores, muito provavelmente compartilhados pelos grupos sociais (classes médias, em especial) que produziam e liam esses jornais. Uma das origens intelectuais dessa linha de pensamento pode ser encontrada na própria corrente neoliberal e no seu combate às medidas de seguridade social e ao *Welfare State*, presente tanto nos mestres da Escola Austríaca – como Ludwig Von Mises e Friedrich Hayek, quanto em Eugênio Gudin<sup>27</sup>. Para esses autores, as políticas de seguridade social tiravam o estímulo à competição e, assim, ao aumento da produtividade entre os operariados, incentivando, ao contrário, o comodismo e a “vagabundagem”. Além disso, a busca pelo “igualitarismo” era o primeiro passo para o socialismo e, assim, para o totalitarismo e a “escravidão”.

Mas é também possível encontrar nessa visão elementos próprios à longa tradição de pensadores autoritários brasileiros, que tem em

---

<sup>26</sup> “Economia e ensino”, Correio da Manhã, 24 jun. 1952, Cad. 1, p. 4. Ver também: “Há homens, há ideias e há comportamentos que exprimem, neste momento, o caminho do primarismo. Esses homens são os aventureiros que incendiaram Roma para acender um cigarro ocasional. São os ignorantes e imbecis que o voto ou a complacência de outros ignorantes e imbecis guinaram a posições essenciais. [...] Esses homens são a horda demagógica” (“A revolução do primarismo”, Correio da Manhã, 7 set. 1952, Cad. 1, p. 4).

<sup>27</sup> Mises (1987), Hayek (1994) e Gudin (1959).

Oliveira Vianna o autor mais proeminente<sup>28</sup>. Isso parece claro na identificação das camadas populares, ou seja, das “massas ignaras”, como um corpo social incapaz de exercer corretamente a cidadania política em um regime democrático<sup>29</sup>. No pensamento conservador e autoritário, isso estava associado ao *regressivismo* das massas, ou seja, ao comportamento quase irracional dos homens quando reunidos em multidões, o qual se agravaria quando essas massas eram compostas por pessoas pouco instruídas e manipuláveis<sup>30</sup>. Nesse caso, a conclusão era uma só: diante de camadas populares incapazes de se autogovernarem e mesmo de terem uma opinião clara sobre os seus próprios interesses, a liderança do país só poderia ser uma tarefa da elite nacional<sup>31</sup>.

## CONCLUSÃO

Com base na análise acima, constatamos que o projeto de aumento de 100% do salário mínimo apresentado por João Goulart e aceito por Vargas foi recebido de forma bastante negativa pelos jornais pesquisados, com posicionamentos extremados de alguns deles (*Correio da Manhã* e *O Globo*), que retrataram a medida como o prenúncio do caos na economia e na sociedade brasileira.

Mas percebemos também que a tomada de posição dos jornais não se baseou apenas em aspectos econômicos. Se uma das críticas centrais à proposta de Goulart era a possibilidade de risco inflacionário que ela traria, a principal preocupação estava nos possíveis efeitos “subversivos” que tal majoração comportava, fossem estes efeitos intencionais ou apenas uma decorrência não prevista de uma medida “insensata”. Isso nos permitiu ainda ter uma noção mais clara da visão desses jornais sobre o trabalhismo e as políticas consideradas por eles como populistas, as quais foram constantemente associadas à demagogia e a intenções conspirativas (república sindicalista).

De outra parte, foi possível encontrar pontos de divergência entre os periódicos estudados, especialmente no que se refere à atribuição a

---

<sup>28</sup> As considerações aqui a respeito do pensamento autoritário brasileiro e, em especial, sobre Oliveira Vianna, baseiam-se essencialmente em Bresciani (2005) e Piva (2004).

<sup>29</sup> No dizer de Vianna, teríamos a ausência de uma “opinião organizada” (BRESCIANI, op.cit.: 326).

<sup>30</sup> Sobre essa teoria do regressivismo das massas e a influência dela sobre o pensamento de Vianna, consultar Bresciani, op.cit.: 335.

<sup>31</sup> Quanto a Vianna, consultar Bresciani, idem: 341. Já em relação ao CM, ver, por exemplo, o editorial “Demissão das elites”: “E, quando as elites não se afirmam, não se impõem, não se fazem valer pela inteligência, pela cultura, pela coragem que lhes dão as próprias virtudes, a democracia está em perigo” (*Correio da Manhã*, 15 set. 1953, Cad. 1, p. 4).

Vargas de intenções subversivas que eram diretamente associadas ao programa de Goulart. Essas divergências puderam ser mais bem compreendidas quando foram relacionadas com o posicionamento político dos diários pesquisados frente ao governo: o jornal mais próximo a Vargas nessa conjuntura (*O Jornal*) foi aquele que mais evitou estabelecer essa relação, enquanto aqueles que eram mais opositores (como o *Correio da Manhã* e *O Globo*) não pouparam esforços para responsabilizar Getúlio de todas as “maquinações conspirativas” que, na sua opinião, orientavam as ações de Goulart. Muito embora deva-se salientar que, em nenhum desses casos, a postura dos jornais foi a de solapar o Executivo desde o início, mas sim de tentar conduzir a ação de Vargas em direção ao que defendiam como o mais adequado na conjuntura de então.

Por fim, a compreensão do episódio exigiu que fôssemos além das possíveis estratégias conscientes dos jornais na defesa de interesses econômicos e políticos e incorporássemos na análise elementos da própria visão social compartilhada pelos jornais. Em outras palavras, a tomada de posição dos periódicos estudados fica bem mais compreensível quando percebemos que as suas reações ao aumento do salário mínimo, bem como às demais medidas de auxílio ao trabalhador e de extensão de direitos sociais, foram igualmente reações ao que chamavam de “igualitarismo”. Para a parte da grande imprensa aqui estudada, feita por letrados e voltada para a classe média e para a elite, o avanço indiscriminado do igualitarismo estaria colocando em risco as bases em que a sociedade brasileira deveria ser fundada, ou seja, a valorização do mérito social e a construção de veneráveis elites dirigentes. Ao contrário disso, a “mania do igualitarismo” e a demagogia trabalhista e populista estavam estabelecendo um verdadeiro “reino da mediocridade” no país, contra o qual era necessário reagir.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, Pedro Paulo *A dependência em progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1954)*. Tese de Doutorado – Unicamp – Campinas – SP – 2001 (s.n.). Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000232699>. Acesso em: out. 2009.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção: 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GUDIN, Eugênio. *Inflação, importação e exportação, café e crédito, desenvolvimento e industrialização*. 2. ed. rev. com. Rio de Janeiro: Agir, 1959.

HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. *Política e interesses na industrialização brasileira*:

as associações industriais, a política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. *A grande imprensa "liberal" da Capital Federal (RJ) e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional*. Tese [Doutorado]. Porto Alegre, 2010.

MISES, Ludwig von. *Liberalismo segundo a tradição clássica*. Rio de Janeiro: José Olympo: Instituto Liberal, 1987.

PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrilheiros e semeadores*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

SARRETA, Fausto. O jornal *O Estado de São Paulo* e Getúlio Vargas: política e economia (1951-1954). In: ENCONTRO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA, 9, 2004, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia, 2004. v. 1. p. 1-20.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 11. reimp., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SOARES, Walmer Jacintho. *Os interesses industriais na consolidação do nacional-desenvolvimentismo*. IUPERJ-PUC-CESAP/SBI. Mimeo. 1990

VIANNA, Sérgio B. *A política econômica no segundo governo Vargas (1951-1954)*. Rio de Janeiro: BNDES, Departamento de Projetos de Comunicação, Área de Relações Institucionais, 1987.